Inflação tem raça? A construção do IPCA por raça a partir da POF 2017-2018

Autoria e filiação institucional

Sofia Nery
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Pedro Rossi
Universidade Estadual de Campinas - Unicamp
Flavia Dantas
State University of New York at Cortland – SUNY Cortland
André Modenesi
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Resumo

Este artigo investiga se a inflação possui dimensão racial no Brasil por meio da construção de índices de preços ao consumidor para famílias negras e brancas, a partir da POF 2017-2018 e da metodologia do IPCA. Os resultados indicam que, no agregado, as diferenças entre os índices raciais são relativamente pequenas. No entanto, a análise desagregada revela assimetrias importantes: famílias negras apresentam maior peso relativo em alimentação e bens essenciais, enquanto famílias brancas concentram maior participação em despesas pessoais e serviços. Assim, a dimensão racial da inflação depende da natureza dos choques de preços e do periodo em questão.

Abstract

This article investigates whether inflation has a racial dimension in Brazil by constructing consumer price indices for Black and white households, using the 2017-2018 Household Budget Survey and the methodology of Brazil's official consumer price index, the IPCA. The results show that, at the aggregate level, racial differences in inflation rates are relatively small. However, the disaggregated analysis reveals important asymmetries: Black households allocate a larger share of expenditures to food and essential goods, while white households spend relatively more on personal

expenses and services. Thus, the racial dimension of inflation depends on the nature of price shocks.

Palavras-chave

Inflação; desigualdade racial; IPCA; Pesquisa de Orçamentos Familiares; impacto distributivo

1. Introdução

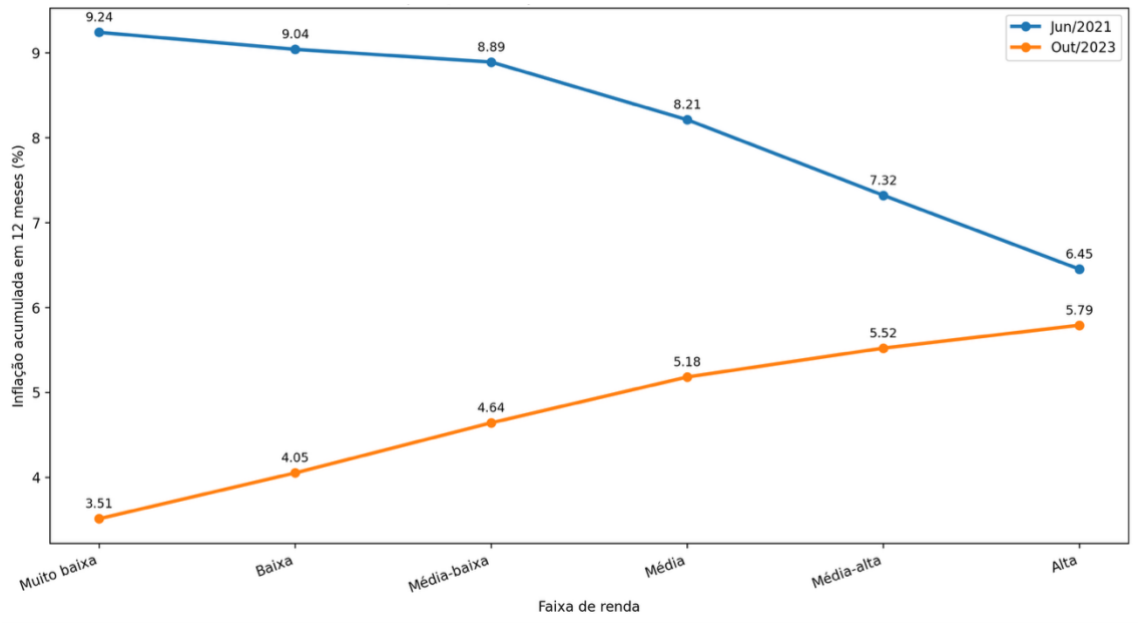
O impacto da inflação entre os diferentes grupos sociodemográficos não é homogêneo no Brasil. Ele varia conforme a composição das cestas de consumo e o nível de renda, bem como a capacidade de recomposição salarial e mecanismos de proteção financeira e patrimonial. Famílias de menor renda destinam uma parcela maior do orçamento à bens essenciais[1] e, portanto, tendem a ser mais vulneráveis a choques inflacionários em itens como alimentos, energia e habitação. Já grupos de maior renda, especialmente aqueles com acesso a ativos financeiros, dispõem de melhores instrumentos de proteção contra a perda do poder de compra. Essa disparidade vertical se mantem no Brasil mesmo em períodos de redução da concentração de renda. Entre 2002 e 2009, por exemplo, o aumento da renda relativa dos mais pobres ampliou o consumo de bens e serviços não básicos, mas não eliminou a heterogeneidade estrutural da inflação. (CARVALHO et al., 2016).

Assim, um mesmo processo inflacionário pode produzir perdas de poder de compra bastante distintas entre diferentes segmentos da população. Essa discussão ganhou uma importância renovada após os choques inflacionários vividos com a pandemia de COVID-19. Em diversos países, incluindo os Estados Unidos, a aceleração dos preços de alimentos, energia, e habitação afetou de forma desproporcional grupos de menor renda, cujos gastos são relativamente mais concentrados em bens essenciais como alimentação (JARAVEL, 2021).

[1] Esse comportamento, associado à Lei de Engel, é bem estabelecido empiricamente em vários países. Famílias de menor renda gastam uma parcela relativamente maior do orçamento com alimentação. Porém, à medida que a renda aumenta, essa proporção tende a diminuir (mesmo que a diversificação e o gasto absoluto aumentem) já que há um limite para a proporção da renda gasta com esse tipo de consumo.

No Brasil, dados do IPEA (2021) mostram algo semelhante. Por exemplo, em junho de 2021, a inflação acumulada em 12 meses para famílias de renda muito baixa foi de 9,24%, enquanto a inflação observada para famílias de renda alta foi de 6,45%. Essa pressão inflacionária assimétrica foi consequência do aumento dos preços acumulados de alimentos, da energia elétrica, e do botijão de gás que possuem maior peso relativo no orçamento de famílias de menor renda.

Figura 1: Inflação anualizada por faixa de renda no Brasil: comparação entre junho de 2021 e outubro de 2023.



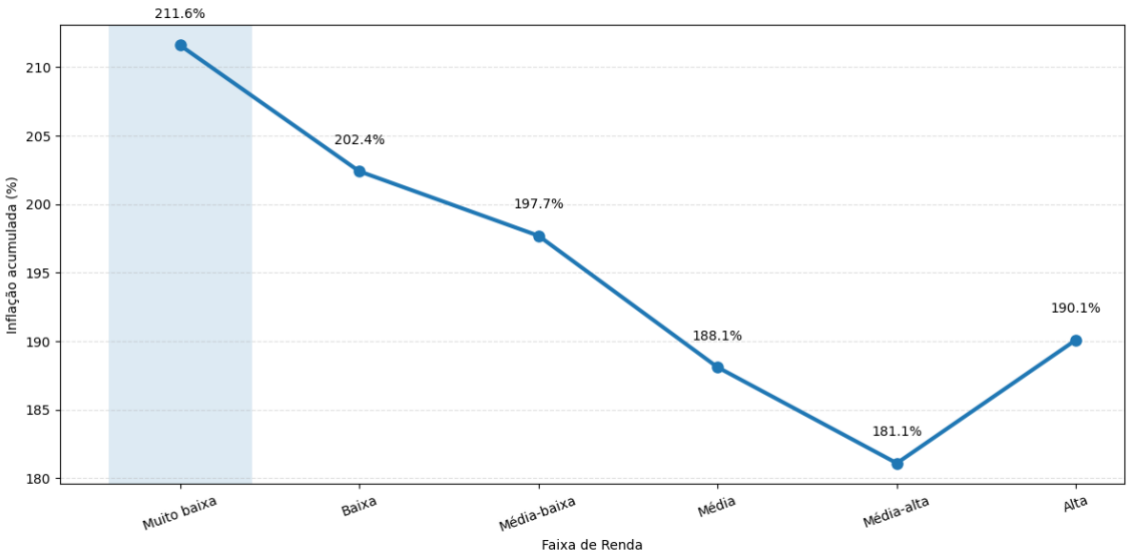
Fonte: Elaboração dos autores usando dados da DIMAC/IPEAD

Superadas as adversidades da pandemia com a reconstituição das cadeias globais de valor e aumento da produção interna de alimentos (IPEA, 2023) houve reversão do padrão inflacionário. A inflação enfrentada pelas famílias de menor renda recuou para 3,51% enquanto atingiu 5,79% para os mais ricos. Esse movimento foi impulsionado principalmente pelo forte reajuste das tarifas de passagens aéreas, além de aumentos, ainda que menos expressivos, nos custos de planos de saúde, serviços e cuidados pessoais.

É importante destacar, contudo, que essas diferenças verticais persistem mesmo no longo prazo no Brasil. Como mostra a Figura 2 abaixo, em um período de 20 anos, entre julho de 2006 e março de 2026, a inflação acumulada para os mais pobres foi de aproximadamente 212% em comparação a 181% para a renda média-alta e 190% para a renda alta.

O Brasil combina elevados níveis de desigualdade de renda com profundas desigualdades sociais que se expressam não só na renda, mas também através de outras formas como a inserção no mercado de trabalho e os padrões de consumo. Por isso, o caráter distributivo da inflação tende a ser ainda mais acentuado. Pretos e pardos, por exemplo, apresentam menores rendimentos do trabalho, maior incidência de informalidade e maior concentração nos estratos de menor renda, o que os torna particularmente mais vulneráveis a choques inflacionários.

Figura 2: Inflação acumulada por faixa de renda: comparação entre junho de 2006 e março de 2026.



Fonte: Elaboração dos autores usando dados da DIMAC/IPEAD

Apesar da ampla literatura sobre desigualdade racial no Brasil e os impactos distributivos da inflação, poucos trabalhos buscam mensurar diretamente assimetrias inflacionárias entre grupos raciais por meio de índices de preços comparáveis às

estatísticas oficiais. Essa lacuna é particularmente importante porque índices agregados podem ocultar heterogeneidades relevantes entre grupos sociodemográficos.

Este artigo busca contribuir para esse debate ao construir um índice de preços ao consumidor por raça para o Brasil com base nos microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018. Utilizando a mesma estrutura metodológica do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), estimamos cestas de consumo específicas para famílias brancas e negras e aplicamos a série oficial de variações de preços para comparar o impacto inflacionário entre esses grupos ao longo do tempo.

Os resultados sugerem que, no agregado, as diferenças entre os índices raciais de inflação são relativamente pequenas. Entretanto, quando se analisam grupos específicos de consumo e episódios de choques setoriais de preços, as divergências se tornam mais expressivas. Em particular, itens como alimentação e bebidas tendem a pesar relativamente mais sobre famílias negras, enquanto categorias associadas a consumo discricionário e serviços apresentam maior peso relativo entre famílias brancas. Isso indica que a dimensão racial da inflação não se manifesta de forma homogênea, mas depende da natureza dos choques de preços e da estrutura social do consumo.

Essa conclusão possui implicações importantes. Primeiro, sugere cautela no uso exclusivo de índices agregados para avaliar bem-estar e custo de vida em sociedades marcadas por desigualdades estruturais como o Brasil. Segundo, indica que políticas anti-inflacionárias e medidas compensatórias podem produzir efeitos distributivos racialmente diferenciados, ainda que esse componente permaneça invisível nas estatísticas tradicionais.

Além desta introdução, o artigo está organizado da seguinte forma. A Seção 2 revisa a literatura relacionada. A Seção 3 apresenta os dados e a metodologia de construção do nosso índice de inflação por raça. A Seção 4 discute os resultados empíricos e a Seção 5 conclui.

2. Revisão da Literatura

A literatura brasileira tem mostrado que a inflação não é homogênea, especialmente no que se refere à renda. Desde 2017, o IPEA publica mensalmente o indicador IPEA de Inflação por Faixa de Renda, que mostra diferenças sistemáticas na inflação enfrentada por famílias de diferentes estratos de renda. Esses dados, utilizados na elaboração das Figuras 1, 2 e 3 acima, indicam que choques de preços afetam grupos sociais de forma desigual, principalmente quando incidem sobre bens e serviços essenciais. Estudos do Banco Central do Brasil também mostram que choques inflacionários ocorridos durante a pandemia afetaram desproporcionalmente famílias com renda entre 1 e 3 salários-mínimos, principalmente nas regiões Norte e Nordeste[2]. Outras medidas, como o IPC-C1 e o IPC-3i[3], divulgadas pela Fundação Getúlio Vargas, também confirmam o caráter distributivo dos processos inflacionários.

Apesar desses avanços, ainda há uma lacuna importante na literatura brasileira que leve em consideração o impacto inflacionário a partir de dimensões sociodemográficos mais amplas, como raça, gênero e suas interseccionalidades. Parte da literatura aborda essas diferenças de forma indireta, através da análise de padrões de consumo com base na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF). Esses estudos mostram que os padrões de consumo variam conforme renda, gênero, características socioeconômicas, estrutura familiar, e estágio do ciclo de vida.

Pinheiro e Fontoura (2007), por exemplo, mostram que há heterogeneidade significativa nas despesas familiares brasileiras quando observadas sob a perspectiva do gênero. Famílias chefiadas por mulheres não possuem apenas menor rendimento, como tendem a direcionar uma parcela maior de sua renda para bens e serviços básicos ligados à reprodução cotidiana do lar, especialmente alimentação, moradia, vestuário, higiene e despesas com filhos.

De forma semelhante, Carvalho e Alves (2010, 2012) mostram que além da renda e gênero, há diferenças importantes no consumo das famílias em função do estágio do

[2] Os estudos mostram que a inflação relacionada à alimentação no domicilio foi mais alta nas regiões Norte e Nodeste para todas as faixas de renda, mas principalmente para os grupos com renda entre 1 e 3 salários mínimos (Banco Central, 2020). Veja aqui: https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE098_Inflacao_por_faixa_de_renda_familiar_em_2020.pdf

[3] O IPC-C1 mede a inflação para famílias com renda entre 1 e 2,5 salários mínimos enquanto o segundo mede o custo de vida para famílias compostas majoritariamente por indivíduos acima de 60 anos.

ciclo familiar – famílias com mesma renda, mesmo arranjo familiar, e chefiadas pelo mesmo gênero destinam parcelas diferentes da renda familiar a gastos com alimentação, habitação, educação e transporte dependendo, por exemplo, da idade dos dependentes ou da presença de idosos. Principalmente, famílias monoparentais chefiadas por mulheres com filhos menores de 15 anos tendem a gastar proporcionalmente mais com itens básicos de sobrevivência.

Mais recentemente, Passos et al. (2024) analisam os gastos familiares de acordo com a interseccionalidade de gênero e raça do chefe de família. Primeiro, eles observam que famílias onde a pessoa de referência é da cor preta ou parda tem maior número de crianças e menor renda per capita. Além disso, observam que mais de 90% das famílias chefiadas por mulheres negras são monoparentais, ou seja, não contam com a presença de cônjuge. A composição do consumo também é sistematicamente distinta: famílias negras destinam parcela relativamente maior da renda à alimentação e habitação, enquanto famílias brancas apresentam maior peso relativo da saúde, educação e transporte.

Essas diferenças permanecem relevantes mesmo quando se controla por faixa de renda, escolaridade, localização e estrutura familiar. Portanto não se trata apenas de disparidades de renda, mas de desigualdades sociais mais amplas relacionadas às necessidades, oportunidades e formas de inserção econômica dos diferentes grupos. Essa evidência é central para a análise da inflação, uma vez que grupos com cestas de consumo distintas tendem a ser afetados de maneira diferente por choques de preços.

Na literatura internacional essa questão também ganhou nova relevância com a aceleração inflacionária de 2021-2022. Jaravel (2021), por exemplo, ao revisar a literatura mostra que, nos Estados Unidos, a inflação medida pelo *Consumer Price Index* (CPI) também tende a ser maior para famílias de menor renda. Essas diferenças decorrem por causa de cestas de consumo heterogêneas, dos preços efetivamente pagos, do acesso desigual à substituição de produtos e das mudanças na variedade de bens disponíveis. Estudos mais recentes como Klick & Stockburger (2024), por exemplo, confirmam a heterogeneidade na experiência inflacionaria dos diferentes estratos de renda nos Estados Unidos. Apesar disso, as dimensões de raça e gênero permanecem ainda pouco exploradas também na literatura internacional.

Além da composição das cestas de consumo, o impacto da inflação depende de fatores como renda, inserção no mercado de trabalho, e capacidade de recomposição do poder de compra, como enfatizado pela teoria do conflito distributivo. Pessoas com maior renda e ativos financeiros são capazes de se proteger melhor contra a inflação, por exemplo, investindo em ativos que tendem a se valorizar durante a inflação[4] (RANYARD et al., 2008).

Salata (2020) mostra que as desigualdades raciais de rendimento no Brasil não são explicadas apenas pela origem social, mas também por trajetórias educacionais e ocupacionais diferenciadas. De fato, a Figura 3 sintetiza três dimensões centrais da desigualdade racial no mercado de trabalho brasileiro. Pretos e pardos estão sobrerrepresentados entre a população desocupada e subutilizada; apresentam taxas de subutilização[5] superiores às de pessoas brancas em todos os níveis de instrução; e recebem rendimentos médios inferiores tanto no mercado formal quanto no informal. Por exemplo, o rendimento médio mensal das pessoas ocupadas brancas é 73,9% superior ao da população preta ou parda, como mostrado abaixo.

Além disso, o rendimento médio real mensal do trabalho principal de pessoas brancas no setor formal foi 213% superior ao de trabalhadores pretos e pardos no setor informal. Trabalhadores no setor informal, onde há maior presença de pretos e pardos, não apenas recebem rendimentos mais baixos, como também não se beneficiam de mecanismos institucionais de proteção contra a inflação, através de reajustes salariais previstos por lei[6]. Em toda a série histórica disponibilizada pelo IBGE, pretos e pardos enfrentam maior taxa de informalidade, menores rendimentos e maior subutilização da força de trabalho (IBGE, 2022).

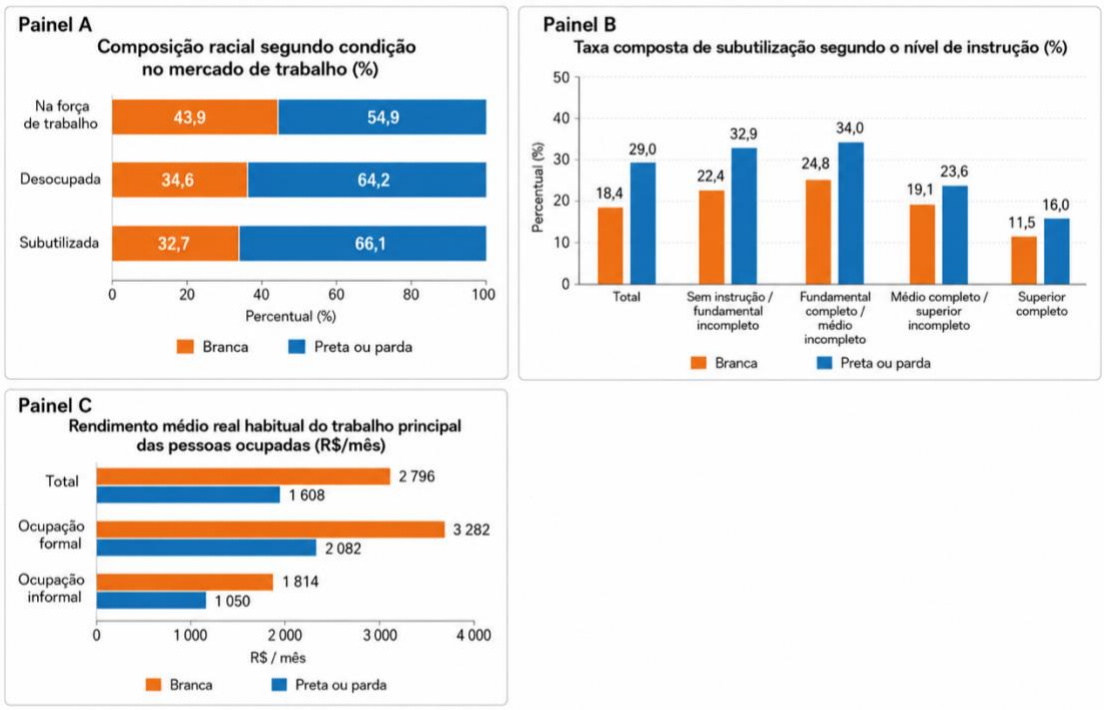
---

[4] A década de 1980 no Brasil foi um período marcado pela alta inflação crônica em que a rápida disparada dos preços afligia com maior intensidade os mais pobres. Os mais ricos tinham acesso a ativos financeiros indexados, enquanto a população trabalhadora formal dependia do reajuste salarial para a recomposição do seu poder de compra. Este tipo de impacto inflacionário pode ser entendido como vertical, pois afeta de forma diferente pessoas com distintos rendimentos.

[5] Soma das populações subocupada por insuficiência de horas, desocupada e força de trabalho potencial (IBGE, 2022)

[6] No Brasil, a Constituição Federal de 1988 garante que os salários-mínimos sejam reajustados anualmente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). No entanto, trabalhadores do setor informal não têm tal respaldo para garantir a manutenção do poder de compra.

Figura 3 – Desigualdades raciais no mercado de trabalho brasileiro: desocupação, subutilização e rendimento médio



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2022), Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil.

Esses canais — composição do consumo, renda, e inserção no mercado de trabalho — não operam de forma independente. Pelo contrário, eles refletem a mesma estrutura de desigualdade social, marcada no Brasil por profundas disparidades raciais. Grupos mais expostos à inflação via consumo são, em grande medida, os mesmos que apresentam menor proteção via renda e ocupação. Portanto, analisar a inflação apenas por faixas de renda pode ocultar diferenças distributivas importantes. Se famílias negras enfrentam inflação efetiva maior em certos períodos, a desigualdade racial medida pela renda real, por exemplo, pode ser ainda maior quando se corrige a renda por índices de inflação que melhor reflitam a experiencia inflacionária desses grupos.

3. Metodologia: construção do índice de inflação por raça

A construção do índice de inflação por raça baseia-se nos microdados disponibilizados pela Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) 2017-2018, que fornecem informações detalhadas sobre os padrões de consumo das famílias brasileiras. A principal inovação dessa pesquisa é incorporar o recorte racial na construção das cestas de consumo, permitindo comparar o impacto inflacionário entre diferentes grupos raciais.

A literatura sobre classificação racial no Brasil ressalta que a identificação racial pode variar conforme o contexto e o respondente (TELLES & LIM, 1998), entretanto nossos dados seguem a autodeclaração registrada na POF de acordo com a categorização: branca, preta, amarela, parda, indígena ou, a opção default, ignorada. Adotamos a definição de população negra do IBGE, que é a soma dos indivíduos autodeclarados pretos e pardos, ou seja, o mesmo adotado nas estatísticas oficiais brasileiras.

A partir dos dados de despesas da POF, construímos as cestas de consumo separadamente para famílias brancas e negras. Para garantir comparabilidade com o índice oficial, os gastos foram convertidos para a classificação do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC), no nível de subitem, que representa o maior grau de desagregação utilizado na formação do IPCA.

Depois de reorganizados pelo SNIPC, encontramos as ponderações de consumo para brancos e para negros. A conversão das cestas de consumo por raça extraídas da POF em SNIPC, em conjunto com o filtro de rendimento e ponderação geográfica permite a comparação dos resultados obtidos com o IPCA.

Como buscamos reproduzir o IPCA com máxima fidelidade, os pesos considerados na presente pesquisa são de caráter plutocrático, ou seja, o índice obtido atribui maior peso de ponderação dos gastos às famílias de maior renda. A vantagem é que os resultados obtidos em nosso índice de inflação por raça são diretamente comparáveis ao índice com maior série histórica publicada. Porém, como discutimos abaixo, esse método pode subestimar a real experiencia de inflação de grupos de menor renda.

A partir da ponderação dos gastos das famílias, o próximo passo metodológico consiste em associar a cada subitem da cesta sua respectiva variação de preços em cada

região de interesse. Em seguida, realiza-se o tratamento de dados faltantes ou inconsistentes, de forma a harmonizar as cestas de consumo locais para a construção dos índices elementares de preços no nível de subitem. Por último, ocorre a agregação dos índices elementares regionais para obter o índice de preços nacional. A seguir, cada um desses passos é detalhado.

3.1 – Considerações metodológicas especificas

A amostragem do IPCA abrange famílias com rendimentos entre um e quarenta salários-mínimos (SM) que residem nas áreas urbanas dos estados brasileiros investigados. Esse intervalo foi definido de forma abranger aproximadamente 90% das famílias brasileiras dentro das áreas de interesse.

O filtro de rendimentos utiliza a variável Renda Monetária Disponível (RMD) para definir o intervalo de interesse, apresentado na equação abaixo. De forma genérica, se calcula a RMD para cada indivíduo ao se subtrair as deduções, impostos, contribuições sociais e algumas despesas relativas à transferência de capital dos rendimentos totais. O significado empírico da renda monetária disponível é o montante monetário máximo que uma família pode gastar sem diminuir o seu património inicial.

O RMD familiar é a soma dos resultados dos indivíduos de acordo com a fórmula:

$$RMD = \sum \alpha + \sum \beta + \sum \gamma$$

Onde,

α = (renda referente ao trabalho –deduções) * Fator anualizado

β= (renda de outros rendimentos –deduções) * Fator anualizado

γ = saldo de aquisições financeiras no último período * Fator anualizado

Para se obter o índice, é necessário definir a cesta de consumo para cada região investigada, levando em consideração as diferenças nos hábitos de consumo das famílias em cada região. Cada região possui uma cesta de consumo específica, com uma

estrutura de pesos específica derivada do SNIPC. Os índices regionais são a soma das cestas de consumo individuais. Por sua vez, o IPCA nacional é a ponderação das cestas de consumo regionais a partir da massa de rendimento familiar monetário disponível em cada localidade. A estrutura de ponderação regional está em IBGE (2020).

Uma vez definida a população objetivo do índice, o passo seguinte é identificar e tratar os dados de despesas relevantes. Os dados da POF precisam ser traduzidos em seu correspondente subitem do SNIPC[7]. Após essa tradução, conseguimos construir a ponderação de gastos das famílias. Ou seja, encontramos o percentual em relação à despesa total que cada subitem corresponde. Para uma despesa ser considerada relevante para a composição dos pesos finais, ele precisa representar pelo menos 0,07 do consumo total.

Depois de todos os tratamentos dos dados descritos, encontramos os itens e os valores que irão compor a estrutura de ponderação que é base para o IPCA. A partir desse ponto conseguimos encontrar a composição das cestas de consumo locais e multiplicar a sua ponderação pelos dados coletados de variação de preço para cada subitem. Após encontrarmos as dezesseis cestas de consumo locais de interesse, multiplicamos os resultados pela ponderação regional apresentada anteriormente, de forma a encontrar o índice nacional.

3.2 – Limitações Metodológicas

Como descrito acima, a metodologia para a criação de um índice de inflação comparável ao IPCA segue as seguintes etapas: definição das áreas geográficas de interesse, seleção das famílias que compõem a população-objetivo (filtro de rendimentos), coleta e tradução das despesas da POF para o SNIPC, definição das cestas de consumo, derivação dos pesos, coleta de preços, tratamento dos dados faltantes ou inconsistentes de forma a harmonizar as cestas de consumo locais para a construção

[7] Esse não é um processo simples, pois não é uma relação exata de uma despesa POF para um subitem SNIPC. Na realidade, é necessário criar um tradutor de despesas com diversos dados POF DE, que serão traduzidos para um único subitem PARA SNIPC. Essa relação de várias despesas POF para um subitem SNIPC ocorre porque a POF apresenta vários códigos distintos para um mesmo produto.

dos índices elementares de preços para cada item da cesta [8], e agregação dos índices elementares regionais para obter o índice de preços da cesta nacional.

Apesar do esforço de replicação da metodologia oficial, algumas limitações devem ser destacadas. O principal entrave metodológico encontrado foi que a distribuição da amostra obtida não é exatamente igual à distribuição oficial do IBGE. Ou seja, a partir da reprodução da metodologia do IPCA, não encontramos exatamente a mesma população objetivos do IPCA publicado pelo IBGE. Então, o grupo de indivíduos analisados pelo IPCA do IBGE e o nosso IPCA por raça, apresentado na próxima seção, não são exatamente os mesmos. Isso ocorre porque a definição da população-objetivo para o índice de inflação por raça, assim como o IPCA, passa pelo filtro de rendimentos e o filtro regional, o que pode gerar pequenas divergências nos resultados. No entanto, como todos os índices são construídos a partir da mesma metodologia, as comparações relativas permanecem válidas.

Além disso, cabe notar que a ponderação dos gastos segue uma linha plutocrática, ou seja, considera o gasto real das famílias, o que implica que as famílias que gastam mais terão mais representatividade na construção da ponderação final. O FMI (IMF et al., 2025) considera que esta forma de cálculo de ponderação é a mais indicada para medir a inflação pois considera os gastos totais como variável e no limite, esse é o objetivo final de mensuração - a variação dos gastos totais.

Porém, como a investigação do presente trabalho procura entender o caráter racial da inflação, que muitas vezes está associada à análise do impacto em classes de menor rendimento, essa abordagem pode não ser a mais indicada já que pode subestimar a experiência inflacionária de grupos de menor renda, nos quais há maior concentração de famílias negras. Uma alternativa seria utilizar os pesos democráticos, que são calculados a partir da soma dos gastos em determinado item em uma família dividido pelo número total de famílias. Assim, a participação de cada família seria considerada igualmente na produção dos pesos da cesta de consumo. Embora as

[8] Ao contrário dos itens anteriores, este é exclusivo da composição do índice de inflação por raça, pois pode ocorrer que uma cesta de consumo de uma família negra ou branca tenha itens que não estão presentes na cesta original do IPCA (por não passar no critério de importância). Como *não há* pesquisa de preço para estes itens ele precisa ser redistribuído para itens próximos

ponderações democráticas possam ser consideradas adequadas para um índice utilizado para refletir a experiência de inflação no consumidor da família "típica" ou "média", elas raramente são utilizadas na prática.

Se todas as famílias tiverem padrões de despesa semelhantes, as abordagens democrática e plutocrática conduzem a resultados semelhantes. No entanto, na maioria das vezes, o padrão de despesa depende do nível total de despesa de uma família podendo haver diferenças significativas entre as duas abordagens, especialmente se a distribuição da despesa das famílias for desigual. O caráter racial da presente pesquisa busca exatamente evidenciar, se houver, as diferenças das cestas de consumo das famílias de raças diferentes no Brasil, então a abordagem do peso democrático pode ser uma melhor aproximação teórica para encontrar esse resultado.

4 – Discussão de Resultados

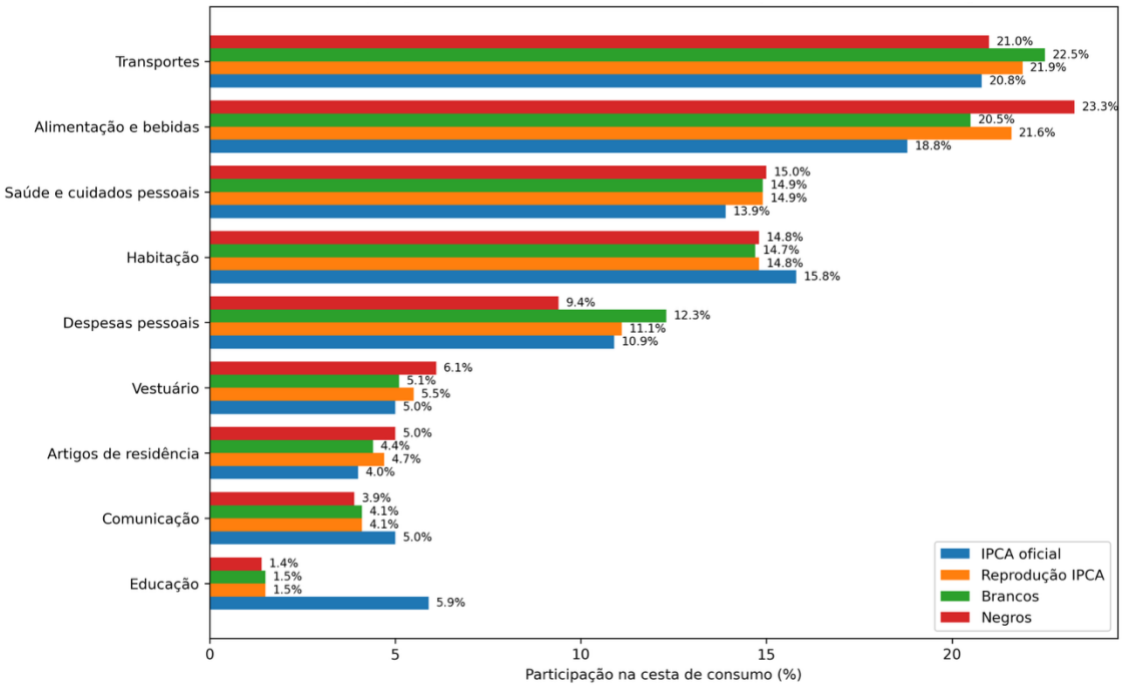
4.1 – Cesta de Consumo por raça

De forma a demonstrar a qualidade do resultado encontrado, comparamos a ponderação de gastos que encontramos à ponderação de gastos oficial do IPCA publicada junto com o manual de metodologia do IBGE (2019). A reprodução do IPCA[9] foi obtida a partir dos procedimentos metodológicos detalhados na seção 3. Como exposto, os resultados encontrados são bastante próximos daqueles usados como base oficial do IPCA.

A maior diferença é observada na classe de consumo de Educação, onde a participação em relação ao consumo total na metodologia oficial é 5,9% e na reprodução encontramos apenas 1,46%. A segunda maior divergência é na classe de Alimentação e bebidas, onde na ponderação oficial este tipo de consumo representa 18,8% do total, enquanto na metodologia simplificada, encontramos 21,59%. As demais categorias também apresentaram pequenas divergências, que não chegam a dois pontos percentuais.

[9] Esta ponderação de gastos foi obtida para toda a população-objetivo, ou seja, a cesta de consumo base para o IPCA para a população total (sem nenhum filtro racial).

Figura 4: Composição das cestas de consumo: IPCA brancos e negros



Fonte: Elaboração Própria

Apesar das ponderações apresentarem poucas pequenas divergências entre si, não podemos dizer que os resultados encontrados são totalmente compatíveis com os dados oficiais do IPCA por causa dos entraves metodológicos destacados na seção 3, principalmente relacionados aos filtros da população objetivo. No entanto, podemos comparar todos os resultados criados a partir da mesma metodologia. Ou seja, podemos comparar a ponderação de gastos de toda população com as ponderações por raça mostradas abaixo, pois a sua metodologia é exatamente a mesma.

Na Figura 5 apresentamos os resultados das ponderações obtidas usando nossa metodologia a fim de comparar as cestas de consumo por raça. As principais discrepâncias que encontramos foram nas categorias “Alimentação e Bebidas”, “Despesas pessoais”, e “Transportes” como é confirmado pela literatura discutida acima.

Famílias negras destinam uma parcela maior do orçamento a alimentação e bebidas: 23,3% contra 20,5% entre famílias brancas, uma diferença de 2,8 pontos

percentuais (p.p.). Pretos e pardos estão sobrerepresentados nas populações de menor rendimentos que são as que tendem a gastar parcelas maiores da renda em insumos básicos à sobrevivência, como alimentos.

Em contrapartida, famílias brancas gastam proporcionalmente mais com despesas pessoais. Esse grupo representa 12,3% da cesta das famílias brancas, contra 9,4% da cesta das famílias negras, também uma diferença de 2,8 p.p. Essa categoria inclui gastos mais associados a serviços, lazer e consumo discricionário, sugerindo uma maior diversificação da cesta de consumo entre famílias brancas.

Além disso, famílias brancas destinam 22,5% dos gastos a categoria de transportes, enquanto famílias negras gastam em média 21,0%, uma diferença de 1,5 p.p. Isso ajuda a explicar por que, em períodos de alta de combustíveis, passagens aéreas ou outros itens de transporte, a inflação pode pesar relativamente mais sobre a cesta famílias brancas.

No agregado, não achamos diferenças significativas em categorias como habitação, saúde e cuidados pessoais, comunicação e educação. Isso sugere que a inflação por raça não aparece como uma divergência generalizada em toda a cesta, mas como uma diferença concentrada em alguns grupos específicos de consumo.

Figura 5: Comparação das cestas de consumo

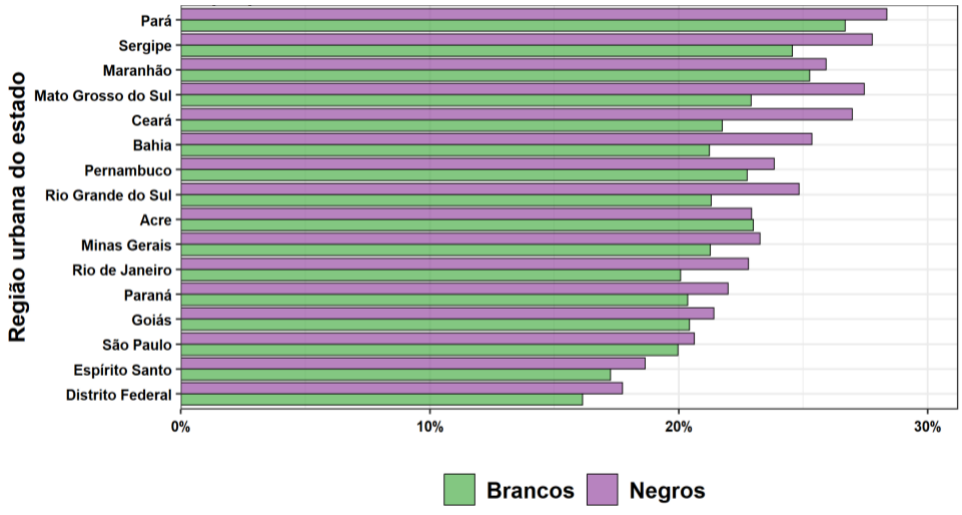
Categorias de gasto	Geral	Negros	Brancos	Delta (Negros e Brancos)	Delta (Negros e Geral)
Alimentação e bebidas	21,6%	23,3%	20,5%	2,8 p.p	1,7 p.p.
Artigos de residência	4,7%	5,0%	4,4%	0,6 p.p.	0,3 p.p.
Comunicação	4,1%	3,9%	4,1%	-0,2 p.p.	-0,1 p.p.
Despesas pessoais	11,1%	9,4%	12,3%	-2,8 p.p	-1,7 p.p.
Educação	1,5%	1,4%	1,5%	-0,2 p.p.	-0,1 p.p.
Habitação	14,8%	14,8%	14,7%	0,1 p.p.	0,1 p.p.

Saúde e cuidados pessoais	14,9%	15,0%	14,9%	0,1 p.p.	0,0 p.p.
Transportes	21,9%	21,0%	22,5%	-1,5 p.p.	-0,9 p.p.
Vestuário	5,5%	6,1%	5,1%	1,1 p.p.	0,7 p.p.
Total Geral	100,0%	100,0%	100,0%	0,0 p.p.	0,0 p.p.

Fonte: Elaboração Própria

A análise regional das ponderações confirma que as diferenças observadas na cesta nacional não decorrem apenas de um efeito agregado, mas se reproduzem na maior parte das unidades federativas analisadas. No caso de Alimentação e Bebidas, a Figura 6 mostra que famílias negras destinam parcela maior de seus gastos a esse grupo em quase todas as regiões, com exceção do Acre. Esse resultado sugere maior exposição relativa das famílias negras a choques de preços em alimentos e bebidas, categoria associada a bens essenciais e com menor margem de substituição no curto prazo.

Figura 6 – Ponderação de Alimentação e Bebidas por raça e UF



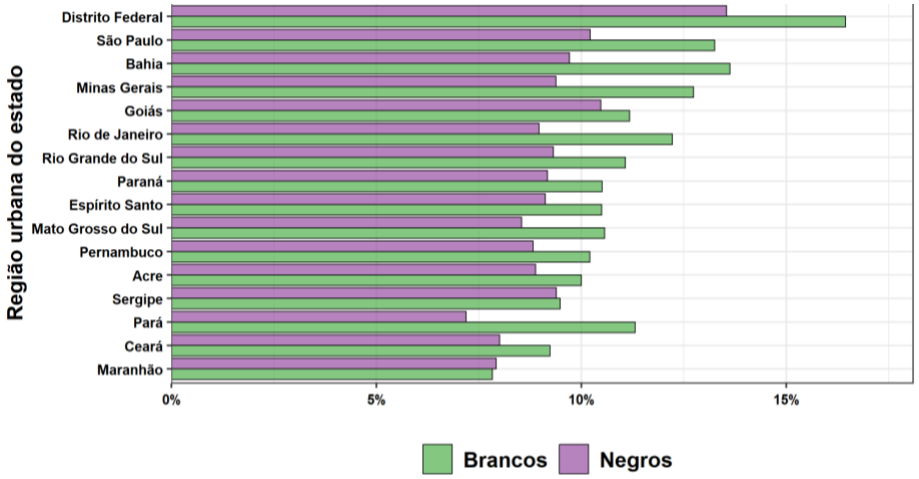
Fonte: Elaboração Própria utilizando dados da POF e SIDRA

A Figura 7 apresenta o padrão inverso para Despesas Pessoais. Em todas as unidades federativas, a participação desse grupo é maior na cesta das famílias brancas

do que na cesta das famílias negras. Como essa categoria reúne despesas mais associadas a serviços, lazer e consumo discricionário, o resultado indica maior diversificação da cesta de consumo das famílias brancas e maior exposição relativa desse grupo a choques de preços nesses segmentos.

Em conjunto, as Figuras 6 e 7 reforçam que a dimensão racial da inflação depende da natureza setorial dos choques de preços. Quando a inflação se concentra em alimentos e bens essenciais, tende a afetar relativamente mais as famílias negras em todas as regiões brasileiras; quando se concentra em despesas pessoais, serviços e categorias de consumo mais discricionárias, pode incidir relativamente mais sobre famílias brancas nas diferentes regiões. Vemos que a diferença racial da inflação não aparece necessariamente como uma distância permanente entre índices agregados, mas como uma exposição diferenciada a grupos específicos de consumo e que se repete em todo território brasileiro.

Figura 7 – Ponderação de Despesas Pessoais por raça e UF



Fonte: Elaboração Própria utilizando dados da POF e SIDRA

4.2 – Índice de Inflação por raça

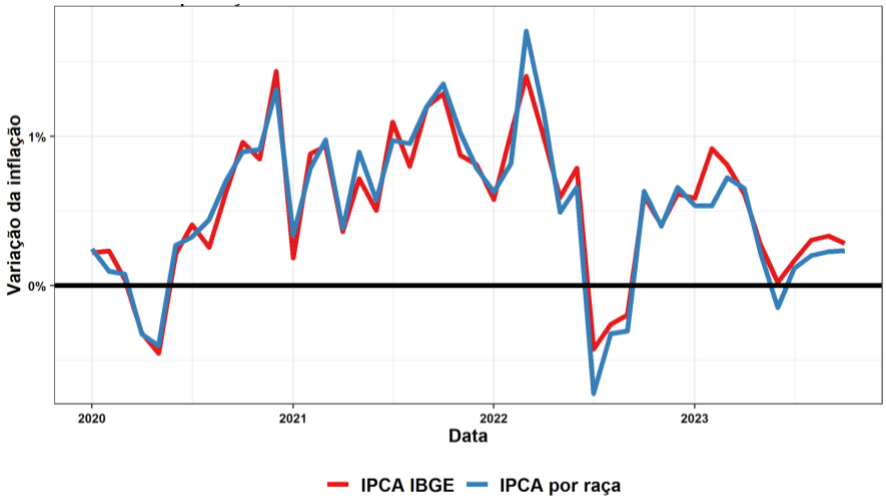
Os resultados dos índices de inflação por raça são aplicados na série histórica do IPCA, de forma a verificar os diferentes impactos inflacionários entre brancos e negros ao longo do tempo. Foram construídos três índices: um índice que demonstra a inflação

sentida pela população total (IPCA por raça - população total), um índice de impacto inflacionário sobre brancos (IPCA por raça - brancos) e um último índice de inflação construído a partir das despesas das famílias negras (IPCA por raça - negros).

A partir das ponderações de gastos apresentadas na seção 4.1, é possível cruzar os dados com a série histórica de preços de cada subitem de consumo. O resultado é a formação de três índices de inflação: a reprodução do IPCA por raça - população total, que considera toda a população objetivo; a reprodução do IPCA por raça - negros, que considera apenas os gastos das famílias negras; e por último a reprodução do IPCA por raça - brancos que considera apenas os dados de consumo de famílias brancas.

A Figura 8 abaixo compara o resultado do IPCA por raça - população total, ou seja, o índice de inflação construído a partir da metodologia apresentada na seção 2 que considera todas as raças versus a serie do IPCA publicado pelo IBGE. Vemos que ambas as séries seguem as mesmas tendências e flutuações.

Figura 8 – Comparação IPCA IBGE e IPCA por raça - população total

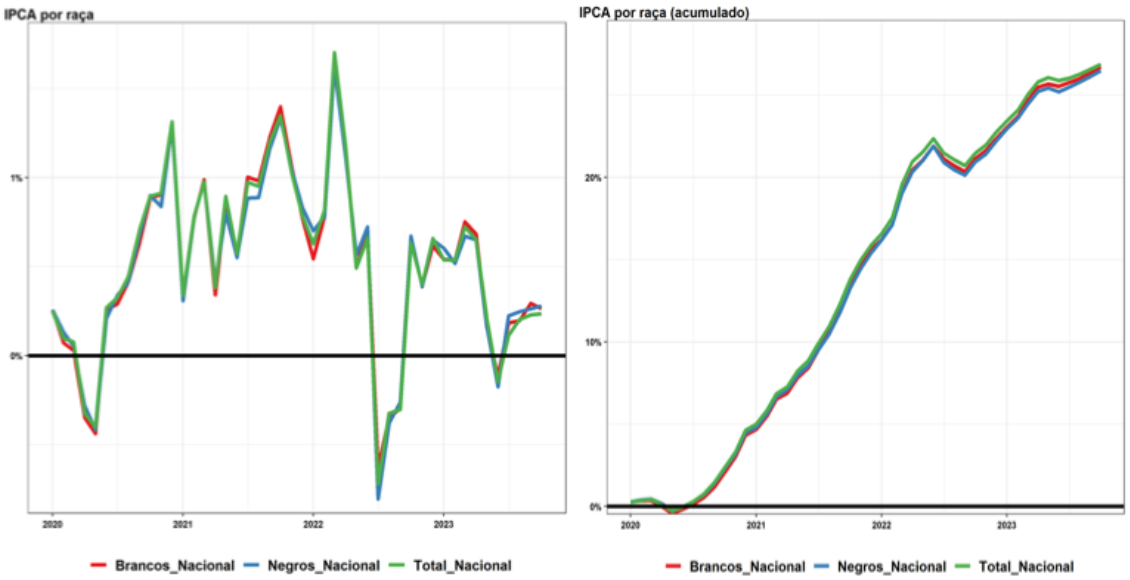


Fonte: Elaboração própria utilizando dados da POF e IBGE

A Figura 9 apresenta a comparação dos resultados das ponderações das cestas de consumo por raça (Total, Branca e Negra) aplicada à série histórica publicada de acompanhamento de preços. Ou seja, os próximos gráficos demonstram o índice de inflação por raça comparado ao índice que construímos considerando toda a população objetivo.

Ao analisar a série histórica, vemos que o impacto da inflação sobre famílias negras e brancas no agregado é muito parecido. Ambos os grupos, por exemplo, sentiram a alta inflacionária que marcou 2020 com a implosão da Pandemia de COVID-19. Da mesma maneira, é possível observar que todos sentiram o alívio da inflação com a isenção fiscal de ICMS e redução de impostos de combustíveis e eletricidade, no segundo semestre de 2020. Em geral, são observadas poucas diferenças nos três índices construídos. Observa-se também no resultado agregado que a inflação acumulada no período é bastante parecida quando comparamos a população negra e a população branca em relação ao índice geral.

Figura 9 – Reprodução IPCA aplicado à série histórica

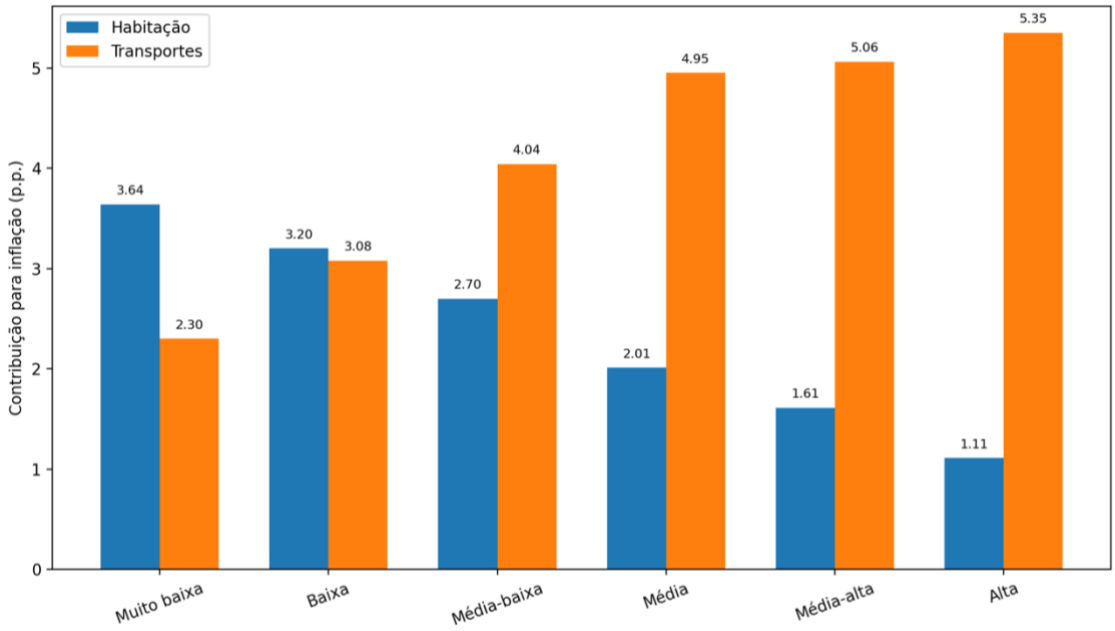


Fonte: Elaboração própria utilizando dados da POF e IBGE

Ao analisar o relatório do IPEA sobre a inflação por faixa de renda no ano de 2021 (Figura 12) observa-se que as famílias com menor renda enfrentaram uma pressão inflacionária significativa no setor habitacional. Isso se deu principalmente devido aos aumentos de 21,2% nas tarifas de energia elétrica e de 37% no preço do gás de botijão. (IPEA, 2022). Já para famílias com renda mais alta, o impacto foi mais sentido no segmento de transporte, notavelmente devido aos aumentos de 47,5% no preço da gasolina e de 62,2% no etanol, além de aumento das passagens aéreas (10,3%), do

transporte por aplicativo (11,8%) e do aluguel de veículos (9,3%). Apesar da melhoria no desempenho dos preços dos alimentos para consumo em casa em 2021, esse setor ainda teve um impacto significativo na inflação, especialmente para as famílias de menor renda.

Figura 12 – Origem Inflação por faixa de renda (Brasil, 2021)



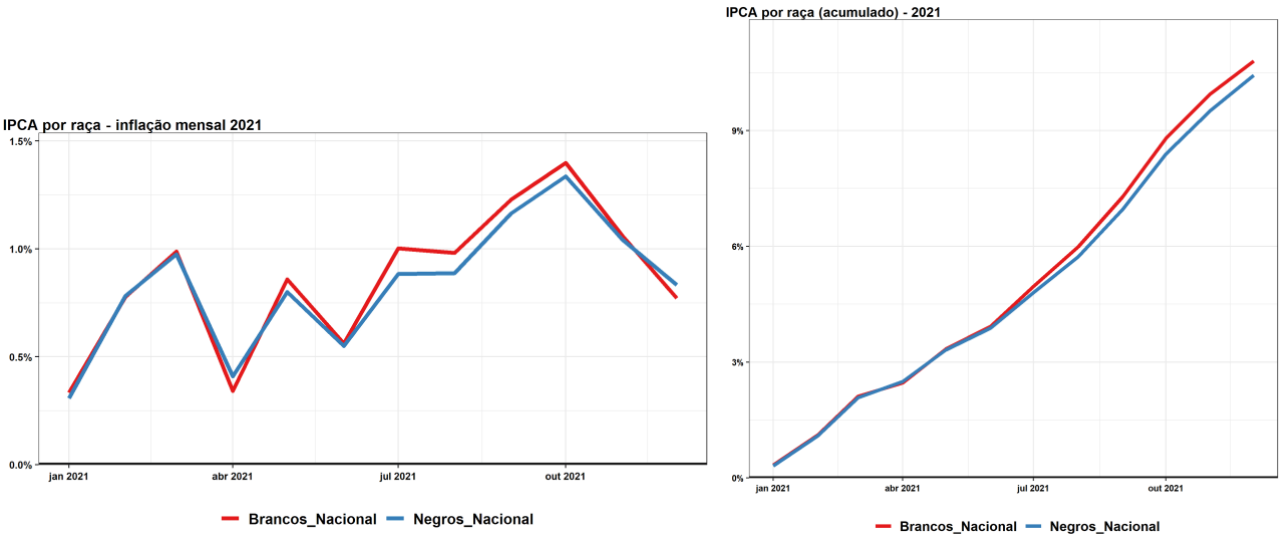
Fonte: Elaboração dos autores usando dados da DIMAC/IPEAD

De forma a evidenciar a diferença do impacto inflacionário entre brancos e negros, os gráficos abaixo demonstram um recorte da inflação mensal de 2021. Este foi o período que vemos o maior descolamento das séries. Quando diminuímos o período de análise, o impacto diferenciado se torna mais evidente.

Nossos resultados tornam evidente que as pressões inflacionárias sobre a população são de origens diversas e afetam os extratos de renda de forma diferente. No acumulado do ano de 2021, os brancos foram mais impactados pela inflação do que negros, conforme demonstra a Figura 10. A partir dos dados apresentados, podemos entender que esse impacto foi puxado principalmente pela inflação de transportes. Mas a inflação sobre os alimentos não deixou o acumulado de inflação sobre as famílias

negras muito para trás. No fim de 2021, a diferença do impacto inflacionário sobre as raças foi de apenas meio ponto percentual.

Figura 10 – IPCA por raça em 2021



Fonte: Elaboração própria utilizando dados da POF e variações de preço do IPCA

5 – Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo investigar se a inflação possui uma dimensão racial no Brasil, a partir da construção de um índice de preços ao consumidor por raça com base nos microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017–2018 e na metodologia do IPCA. A motivação central decorre do fato de que a composição das cestas de consumo — e, portanto, a exposição aos diferentes choques de preços — é socialmente estruturada em um país marcado por profundas desigualdades raciais.

Os resultados mostram que, no agregado, as diferenças entre os índices de inflação por raça são relativamente pequenas ao longo do período analisado. Esse resultado, no entanto, não implica ausência de heterogeneidade relevante. Pelo contrário, a análise desagregada das cestas de consumo e de episódios específicos de inflação revela padrões consistentes de diferenciação. Em particular, observa-se que famílias negras apresentam maior peso relativo de gastos em alimentação e outros bens essenciais, enquanto famílias brancas concentram maior parcela de suas despesas em categorias mais associadas a consumo discricionário e serviços.

Essa diferença estrutural na composição do consumo implica que o impacto inflacionário não se distribui de forma uniforme entre grupos raciais. Em períodos nos quais choques de preços se concentram em bens essenciais o efeito tende a ser mais intenso sobre famílias negras. Por outro lado, quando a inflação é impulsionada por serviços, transporte e categorias com maior peso nas cestas de consumo das famílias de maior renda, os efeitos podem incidir relativamente mais sobre famílias brancas. A dimensão racial da inflação, portanto, não se manifesta de forma permanente ou homogênea, mas depende da natureza dos choques de preços e da estrutura social do consumo.

Esse resultado contribui para o debate ao mostrar que a análise da inflação exclusivamente por meio de índices agregados pode ocultar diferenças distributivas importantes. Em particular, nosso trabalho sugere que a ausência de grandes divergências nos índices médios não significa que haja igualdade na experiência inflacionária entre diferentes grupos sociais. Pelo contrário, diferenças importantes podem emergir em níveis mais desagregados e em períodos específicos.

Do ponto de vista metodológico, o trabalho também evidencia limitações importantes dos índices tradicionais de inflação. O uso de ponderações plutocráticas e a exclusão de parcelas significativas da população de menor renda — onde há maior concentração de famílias negras — tendem a reduzir a visibilidade de diferenças distributivas. Nesse sentido, abordagens alternativas, como o uso de ponderações democráticas, podem constituir caminhos promissores para futuras pesquisas interessadas em capturar de forma mais precisa a experiência inflacionária de diferentes grupos sociais.

Por fim, os resultados sugerem que a relação entre inflação e desigualdade racial deve ser compreendida de forma dinâmica e contextualizada. A dimensão racial da inflação emerge quando há interação entre estrutura social, padrões de consumo e a natureza dos choques de preços. Esse resultado abre espaço para investigações futuras que explorem com mais detalhe as interseções entre raça, renda e gênero, além de análises em períodos mais longos e com diferentes metodologias de ponderação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Inflação por faixa de renda familiar em 2020. Estudos Especiais do Banco Central, n. 98. Brasília: Banco Central do Brasil, 2020. Disponível em:https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE098_Inflacao_por_faixa_de_renda_familiar_em_2020.pdf. Acesso em: 5 nov. 2022.

CARVALHO, Angelita Alves de; ALVES, José Eustáquio Diniz. Padrões de consumo dos arranjos familiares e das pessoas que moram sozinhas no Brasil e em Minas Gerais: uma análise de gênero e renda. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 14., 2010, Diamantina. Anais [...]. Diamantina: UFMG/Cedeplar, 2010.

CARVALHO, Angelita Alves de; ALVES, José Eustáquio Diniz. Explorando o consumo das famílias brasileiras e sua interface com o ciclo de vida e gênero. Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica, Viçosa, v. 23, n. 1, p. 6-29, 2012.

CARVALHO, Sandro Sacchet de; SANTOS, Cláudio Hamilton dos; ALMEIDA, Vinícius Augusto de; JOEL, Yannick Kolai Zagbai; PAIVA, Karine Cristina; CALDAS, Luíza Freitas. O consumo das famílias no Brasil entre 2000 e 2013: uma análise estrutural a partir de dados do Sistema de Contas Nacionais e da Pesquisa de Orçamentos Familiares. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. Texto para Discussão n. 2209.

FGV IBRE — FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. IPC-C1: Índice de Preços ao Consumidor — Classe 1. Rio de Janeiro: FGV IBRE. Disponível em: https://portalibre.fgv.br/ipc-c1. Acesso em: 13 maio 2026.

FGV IBRE — FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. IPC-3i: Índice de Preços ao Consumidor da Terceira Idade. Rio de Janeiro: FGV IBRE. Disponível em: https://portalibre.fgv.br/ipc-3i. Acesso em: 13 maio 2026.

IBGE — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf. Acesso em: 5 nov. 2022.

IBGE — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 41. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 5 nov. 2022.

IBGE — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor: estruturas de ponderação a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INTERNATIONAL MONETARY FUND; INTERNATIONAL LABOUR OFFICE; STATISTICAL OFFICE OF THE EUROPEAN COMMUNITIES; UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE; ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT; WORLD BANK. Consumer Price Index Manual: Theory, 2025. Washington, DC: International Monetary Fund, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.5089/9781513559605.069. Acesso em: 13 maio 2026.

JARAVEL, Xavier. Inflation inequality: measurement, causes, and policy implications. Annual Review of Economics, v. 13, p. 599-629, 2021.

KLICK, Joshua; STOCKBURGER, Anya. Examining U.S. inflation across households grouped by equivalized income. Monthly Labor Review, U.S. Bureau of Labor Statistics, July 2024. Disponível em: https://fraser.stlouisfed.org/files/docs/publications/bls_mlr/bls_mlr_202407.pdf. Acesso em: 14 abril 2026.

LAMEIRAS, Maria Andreia Parente. Inflação por faixa de renda — junho/2021. Carta de Conjuntura, n. 52, Nota de Conjuntura 5, 3º trimestre de 2021. Brasília: Ipea, 2021. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstreams/f8806e1a-068e-4175-bbdf-9cdb3e2f13c2/download. Acesso em: 8 nov. 2022.

LAMEIRAS, Maria Andreia Parente. Inflação por faixa de renda — outubro de 2023. Carta de Conjuntura, n. 61, Nota de Conjuntura 13, 4º trimestre de 2023. Brasília: Ipea, 2023. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2023/11/231114_cc_61_nota_13.pdf. Acesso em: 13 maio 2026.

PASSOS, Luana; BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; MACHADO, Danielle Carusi; SANTOS, Luciana Alves dos. O consumo das famílias brasileiras: um olhar de gênero e raça. Economia e Sociedade, Campinas, v. 33, n. 2, p. e273768, 2024. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8676907. Acesso em: 13 maio 2026.

PINHEIRO, Luana Simões; FONTOURA, Natália de Oliveira. Perfil das despesas e dos rendimentos das famílias brasileiras sob a perspectiva de gênero. In: SILVEIRA, Fernando Gaiger et al. (org.). Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas. Brasília: Ipea, 2007. p. 201-247.

RANYARD, Rob et al. Perceptions and expectations of price changes and inflation: a review and conceptual framework. Journal of Economic Psychology, v. 29, n. 4, p. 378-400, 2008.

SALATA, André. Race, class and income inequality in Brazil: a social trajectory analysis. Dados, v. 63, n. 3, 2020.

TELLES, Edward E.; LIM, Nelson. Does it matter who answers the race question? Racial classification and income inequality in Brazil. Demography, v. 35, n. 4, p. 465-474, 1998.

U.S. CENSUS BUREAU. 2020 Census illuminates racial and ethnic composition of the country. Washington, DC: U.S. Census Bureau, 2021. Disponível em: https://www.census.gov/library/stories/2021/08/improved-race-ethnicity-measures-reveal-united-states-population-much-more-multiracial.html. Acesso em: 5 nov. 2022.